

### *Resposta ao pequeno Juiz*

Ainda que as minhas palavras fôsem revestidas de todos os matizes da tristeza e da revolta que envolvem as consciências bem formadas, ainda assim as minhas palavras seriam inexpressivas, caóticas, ao descrever o que penso dêsse caso Aída Cúri, o que penso dessa menina que morreu virgem para legar um exemplo, o que penso dos seus matadores, o que penso das três mães que a fatalidade pôs em torno dêsse bailado de desgraças e misérias, como se fôsem extras de um espetáculo cruel.

Não era possível que o silêncio respondesse à impronúncia. Não era possível deixar que o ato caísse no vácuo e que a indiferença se acomodasse no seio da injustiça. Era preciso que se levantasse a voz, projetando-a, qual uma centelha na escuridão da Justiça, erguendo-a, qual alavanca poderosa, carreando a opinião pública, acordando a Razão, como um grito de alerta no mutismo da Consciência.

O esforço do jornalista, sua atuação, não tem perenidade. Não é sacrifício que se perpetue em bronze. Mas, às vezes se transforma numa simples e comovente homenagem à memória de alguém, se êle, o jornalista, não se importa com os ricochêtes que, nessa batalha, lhe irão ferir a honra pessoal ou a dignidade profissional. Não pode permitir, entretanto, por mêdo ou escrúpulo, que o nada seja a esponja que apague as suas palavras, no sacrifício que faz pelo bem de outrem. Resta-lhe, no calor dêsse bem, a paz de consciência pelo dever cumprido. A alma se expande, se retempera, porque não há bálsamo mais salutar para o insulto que o da consciência, assim como não existe cálice mais amargo que o do remorso. A cátedra mais sólida, mais edificante, é a cátedra da dignidade. Tudo porque o homem deve ser um escravo da consciência e esta, da verdade. Sòmente a consciência guia o homem com precisão e firmeza por todos os caminhos da vida. Êle poderá subtrair-se ao dever, poderá fugir à Lei, porém, jamais conseguirá se esconder do látego da consciência, do libelo íntimo de sua consciência.

Aquêles que, infelizmente, trazem-na anestesiada pelo poder, pela cúpula do poder, não compreendem que a solidariedade moral é uma lei tão ampla, de tal maneira universal, que nenhum ato humano se lhe escapa. Infelizmente, repito, os que trazem a consciência abaixo do umbigo ou dentro dos bôlsos, escravos das necessidades e das ambições, jamais poderão aceitar o sentimento de honra como um patrimônio inerente ao caráter do homem. Jamais saberão resolver as questões dos seus pares. Jamais serão juízes, senão em causa própria. Nunca poderão compreender que a verdade é o cimento da justiça, essa verdade-consciência que deve ser o apanágio dos caracteres bem formados, essa pérola sem jaça com que os juízes devem adornar a sua toga, êsse sentimento de isenção e pureza que devia inspirar todos os atos dos juízes cujo mandato parte da Lei e termina no infinito. Êssa verdade que infelizmente não adorna a toga dos pequenos juízes.

Independência moral, elevação de espírito, consciência sadia, eis o alicerce fundamental de um verdadeiro Tribunal de Justiça. Não basta ser doutor nas legislações do Direito, não basta a cátedra nem a hierarquia. É necessário, acima de todos êsses atributos, ensinar a própria consciência, a fim de que ela não capitule ante as injunções da vida ou do poder. O sistema de favores inconseqüentes é a apostasia moral de uma instituição jurídica. O parcialismo nos arrazoados, buscando interpretações dirigidas e premeditadas, transforma a Justiça em um órgão de ódio, de insegurança, quando por dever tem de ser o substrato da ordem, da legalidade do direito, que é a garantia de um país. Uma justiça cortesã de costumes, de regime, mendiga da verdade e do dever, é a degradação da ordem social.

Não descreio, não duvido da soberania, da integridade moral da nossa Justiça. Desde os foros das nossas mais antigas tradições, aos contemporâneos, há cátedras que brilham como sóis, mas há também as em que a maldade encheu o vazio da consciência. Recuso-me, entretanto, a julgar a Justiça pelo ato de um juiz, porque seria negar a própria Justiça. Fechar as portas à consciência e atapetar os caminhos aos tarados, nutridos sob a aura da fortuna, constituem atos que espelham a maneira de ser, agir e julgar de uma coletividade de juizes, mas de uma pequena minoria, quase de um só. Quando um magistrado qualifica de leve, de ligeira, a bofetada que um homem dá no rosto de uma menina que vai morrer, quando um juiz julga assim, ultraja a consciência como um escárnio à dor alheia, atira aos céus de tôda uma pátria a mancha negra da impunidade, banqueteia o assassino em cima do sangue inocente, concede habeas-corpus ao tiranos para gozarem o azar de sua vítima. Servir aos homens não é outra coisa **senão** lhes combater os erros, em vez de ocultá-los. Juiz algum pode apoiar-se na altura de sua cátedra para libertar, na gelidez de sua imunidade hierárquica, aquêles que devem ser julgados para que não o seja a sua vítima.

Não creio que nos anais da criminologia haja crime igual, nem mesmo o de Maria Goretti, na Itália. Analisemos os lances sem o misticismo que a nossa Igreja agora lhe empresta e sem a parcialidade dos cépticos: Alexandre era um apaixonado convivendo no mesmo ambiente, privando das mesmas vicissitudes, alimentando aquela paixão mórbida sem ser correspondido. Dentro da ignorância do ambiente e da pobreza intelectual, impulsionado pelo desejo de posse e frustrado na sua conquista, matou-a, desvairado pela recusa e pelo baixo instinto. Foi bárbaro, foi cruel. Mas, nas agravantes que o condenaram, faltaram aquelas que os assassinos de Aída Cúri superaram. Não a esbofeteou lacerando-lhe as faces, não a rasgou, não a exauriu, não a jogou com vida ou sem vida de cima de um arranha-céu, não levou nenhum companheiro para, juntos, se banque-tem no ato ignóbil, nem negou o seu crime, fingindo-se de inocente. E a Itália, a nobre Itália, a justa Itália soube fazer justiça, justiça da terra para o criminoso, justiça do céu para a vítima.

A pobre Aída Cúri, não. Desceu de um julgamento defectível como uma vilã vulgar, por uma justiça cega nos autos, tigrina nas suas acusações e gélida na sua sentença. Desceu coberta de lama jogada não tanto pelas mãos dos criminosos que queriam ficar impunes como pelas de um pequeno juiz que lhes tentava garantir a impunidade, barrando-lhes os passos no caminho de seu próprio tribunal. Se lhes acreditava tanto na inocência, se eles próprios tinham como certos os seus alibis, as suas testemunhas, por que fugir tanto e tanto do Júri esclarecedor, do Júri que serve ao culpado como ao inocente, porque limita a culpa ou proclama a inocência? A impronúncia é a meia absolvição, quando os indícios persistem. Não deve interessar ao homem que deseja provar a legitimidade de suas palavras. Muito menos deveria ser concedida pelos juizes que não ajudam, com êsses favores legais, a indispensável reputação de sua casa. Não está querendo ser justo nem pode estar em paz com a sua consciência, se de fato a possui e não

a perdeu na grama ou na areia, um juiz que invoca, para anular um processo tão grave, o esquecimento da família da vítima de apresentar queixa, num processo de natureza controvertida para os próprios mestres de Direito. Ou que alega, para reforçar o seu ato vandálico e injusto de terminar com tudo, de procurar acabar com tudo e libertar os réus, a falsa condição de miserabilidade da família da morta. De que se serviu o Pequeno Juiz para tal conclusão? De provas sôbre o valor de uma propriedade moral? Nada disso. Apenas de uma referência de testemunha sôbre essa propriedade. E do fato de um dos irmãos da vítima possuir um carro e um apartamento. Buscou saber se êsse irmão tinha a obrigação de manter o resto dos parentes? Procurou anular legalmente o ato da autoridade policial que reconhecera a miserabilidade da mãe da vítima? Acaso concedeu a oportunidade de uma diligência esclarecedora? Não. De uma penada, anulou o processo. Anulou-se o Pequeno Juiz.

Os homens, dizem os americanos, medem-se por suas atitudes. Existem homens até de 3 metros de altura, por sua conduta em face dos seus semelhantes. Não são frequentes, graças a Deus, gnomos como êste na justiça brasileira. Anões que mandam os criminosos para a rua em pleno carnaval e enlameiam com as suas palavras a memória de uma menina que preferiu a morte à desonra. Favorecendo aos acusados, o Pequeno Juiz trouxe para o seu tribunal uma jovem que comparecera a outro, um tribunal de justiça diferente, onde o Supremo Juiz não usa óculos de miopia da alma, onde a Sua mão não vacila entre "bettings" duplos e sentenças dúbias, onde o Seu veredicto é irreformável, indefectível, justo e eterno e onde se recebe o galardão das virtudes pelas quais se morre e não os insultos para que outros vivam.

Mas, que digo eu? Aída Cúri, ainda vives no coração extravasado de tua pobre mãe, na palavra cálida que nos mandam todos, na consciência dos que sabem medir a extensão do teu sacrifício, tu vives no exemplo das virgens

puras, na honra dos humildes sem justiça, no remorso dos teus algôzes, na mansão dos justos, na casa de Deus.

Que chorem os círios dos altares num protesto ao mundo, que planjam os sinos das igrejas acordando as consciências adormecidas dos juízes que ousaram macular-te o nome, que chorem as flôres dos campos em ondas de perfume, agigantando o teu gesto sublime, o teu exemplo, a tua escolha, o teu destino, minha pobre menina morta. Se de fato a morte é a liberdade suprema, o sol após a noite, o berço da esperança, o encontro dos entes, a porta da eternidade, se a morte é Deus, então tu estás morta. Mais viva, porém, que aquêle que ficou para expiar, no túmulo de sua vida, no sarcófago de sua sentença, o possível despertar de uma consciência, semimorta, como êle, pequenina como êle, o Pequeno Juiz que te condena, minha pobre menina.